

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal da Foz de

Class.: 453

Data: 6 de Novembro de 1987

Pg.: _____

CIMI

190. Por defesa, um panfleto.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lançaram ontem um livreto de 51 páginas — **A verdadeira conspiração contra os povos indígenas; a Igreja e o Brasil** —, onde pretendem responder às acusações de **O Estado de S. Paulo**, de que o Cimi procura estabelecer a "soberania restrita" na Amazônia, manobrando com as terras indígenas e sua exploração mineral.

O panfleto, em grande parte, limita-se a repetir artigo já publicado em setembro no próprio jornal, acrescentando uma introdução e algumas conclusões finais. O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) é acusado de estar "legalizando, na Assembléia Nacional Constituinte, o etnocídio dos povos indígenas no Brasil". A publicação acusa também outros constituintes de preferir, no lugar da integridade física e cultural dos índios, "a defesa dos interesses econômicos que se sobrepõem a qualquer compromisso humanitário".

Depois de salientar que a "campanha" de **O Estado de S. Paulo** foi feita para "criar condições políticas para o questionamento dos dispositivos pré-constitucionais sobre mineração em terras indígenas", o livreto prega a união

de todos para combater esse objetivo. O Cimi e a CNBB voltam a afirmar que a assinatura de A. Brand no documento "Diretriz Brasil nº 4 - ano 6", não foi aposta por Antônio Brand, "portanto, ou foi falsificada, ou se utilizou assinatura porventura constante em papel em branco, eventualmente subtraída do Cimi".

O panfleto diz também que, "embora não seja ainda possível afirmar com certeza, há elementos fartos para validar a suposição de que, por trás da campanha veiculada servilmente por **O Estado de S. Paulo**, está justamente o grupo Paranapanema S. A.". E, para "confirmar" a tese, alega que o grupo empresarial "foi inclusive elogiado pelo jornalista Júlio de Mesquita Neto em seu depoimento à CPI". Diz ainda que o Cimi "está concluindo o estudo sobre a possibilidade de processar o diretor-responsável do diário paulista, por crimes contra a honra".

Em Campo Grande, o presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, afirmou que o presidente Sarney não sabia da existência nem conhecia o teor do dossiê recheado com documentos acusando a CNBB e o Cimi, encaminhado à CPI que investiga as denúncias de **O Estado** em sua série de reportagens "Os índios na nova Constituição", a pedido de Gérson Peres.